

Papers do NAEA

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 350

SOBRE ELITE POLÍTICA

**Armin Mathis
Milton Cordeiro Farias Filho**

Belém, Dezembro de 2015

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma instituição de Pós-Graduação vinculada à Universidade Federal do Pará, fundada em 1973 com o objetivo de estimular e produzir projetos de pesquisa sobre a Pan-Amazônia.

Tem como objetivos fundamentais o **ensino** em nível de pós-graduação, visando em particular, a identificação, descrição, análise, interpretação e solução dos problemas regionais amazônicos; a **pesquisa**, notadamente em assuntos de natureza sócio-econômica relacionados com a região; e a **informação**, através da coleta, elaboração, processamento e divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região

Desenvolve seus trabalhos priorizando a interação entre as atividades de ensino e pesquisa, por meio de ferramentas de planejamento, de elaboração de projetos, no âmbito das modalidades de gestão.

As atividades de ensino estão organizadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU), que integra os níveis Doutorado e Mestrado e no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, no nível de Especialização.

Baseado no princípio da interdisciplinaridade, realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto

Armin Mathis

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Durbens Martins Nascimento

Conselho editorial do Naea

Durbens Martins Nascimento

Ana Paula Vidal Bastos

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Francisco de Assis Costa

Lígia Lopes Simonian

Luiz Eduardo Aragon

Nírvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Saint-Clair Trindade

Silvio Jose de Lima Figueiredo

Simaia do Socorro Sales das Mercês

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

PAPER 350

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

SOBRE ELITE POLÍTICA

Milton Cordeiro Farias Filho¹
Armin Mathis²

Resumo:

Este ensaio faz uma revisão da literatura sobre elites políticas, a partir da produção científica nas ciências sociais. Tem como objetivos a) descrever a origem e evolução das correntes teórico-metodológicas sobre elites políticas e b) identificar a concepção de elites, os métodos e as tendências dos estudos empíricos. A seleção das obras foi feita a partir de duas características da cienciometria. As obras analisadas foram selecionadas em duas bases de textos nacionais e quatro internacionais e em bibliotecas físicas, utilizando como palavras-chave “elite política” no singular e plural em três idiomas. Os resultados indicam a presença de sucessivos debates metodológicos desde sua origem até a atualidade, e que o volume e a diversidade dos estudos empíricos em regimes democráticos emergentes vêm ganhando destaque, aliado a novos fundamentos metodológicos, o que não vem acontecendo no Brasil. Conclui que muitas questões ainda estão abertas para os estudos sobre o tema e que a controvérsia contribuiu para o desenvolvimento dos estudos, motivada por uma indefinição conceitual e pluralidade metodológica.

Palavras-Chave: Elite Política. Clássicos. Métodos. Pluralismo. Elitismo.

Abstract:

This paper makes a review of the literature on political elites, from the scientific literature in the social sciences. It aims to a) describe the origin and evolution of theoretical and methodological currents of political elites and b) identify the design elites, methods and trends of empirical studies. The selection of works was made from two characteristics of scientometrics. The works analyzed were selected in two bases of national and four international texts and physical libraries using as keywords "political elite" in the singular and plural in three languages. The results indicate the presence of successive methodological debates since its inception to the present, and the volume and diversity of empirical studies in emerging democracies have gained prominence, coupled with new methodological foundations, which has not been happening in Brazil. It concludes that many questions are still open for studies on the subject and that the controversy contributed to the development of studies, motivated by a conceptual vagueness and methodological plurality.

Keywords: Elite Political. Classics. Methods. Pluralism. Elitism.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração - UNAMA.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do trópico Úmido - UFPA.

Introdução

Elites políticas é um tema ainda bastante controverso dado sua diversidade de origem, desenvolvimento e abrangência. O conceito, o método de sua construção e as vertentes de uma teoria tão diversa em sua construção despertam sucessivos desafios a serem superados.

Este ensaio é uma breve contribuição panorâmica de como se originou e se desenvolveram os estudos sobre o tema na literatura nacional e internacional. Tenta demonstrar de que forma as controvérsias metodológicas mais contribuíram para ampliar o debate do que eliminaram a imprecisão conceitual e a própria concepção de teoria das elites. Isso levou ao uso indiscriminado do conceito, que saiu dos fundamentos sociológicos dos estudos clássicos (Mosca, Pareto, Michels) e das análises políticas contemporâneas (Mills, Dahl, Putnam, Keller) para o uso indiscriminado no senso comum.

O tema tem um volume variado de trabalhos que se desenvolveu em diversas partes do mundo, refletindo distintas realidades e se voltando para as mais contraditórias realidades sociais e políticas que fundamentam estudos empíricos. Do ponto de vista teórico elite política nasce dos primeiros estudos sobre psicologia social (Le Bon) e se transforma em estudos de relações de poder político, até atingir o *status* de “teoria das elites”. Seu desenvolvimento alimentou tabus, ideologias e pré-conceitos, mas contribuiu para o avanço de métodos de pesquisas sociais e políticas que buscavam identificar e descrever comportamentos sociais e políticos, espaços de poder e formas de controle.

A literatura internacional atual se desloca para as porções continentais onde novos movimentos políticos das democracias emergentes passam a despertar a atenção dos estudiosos. Também em sociedades que passam por processos de abertura política e convivem com grupos disputando o poder, como na Ásia, África, Oriente e parte oriental da Europa, o fenômeno da elite política ressurgiu como objeto de estudo. Na América Latina estes estudos ainda são poucos. O Brasil também apresenta uma baixa contribuição para a literatura sobre o tema.

Desta forma, este ensaio tem os seguintes objetivos: a) descrever a origem e evolução das correntes teórico-metodológicas sobre elites políticas na literatura sobre o tema; b) identificar a concepção de elites, métodos e tendências dos estudos empíricos recentes. Para que tais objetivos fossem alcançados alguns procedimentos foram adotados, sempre buscando evitar vieses que pudessem comprometer seu desenvolvimento.

Este ensaio se justifica porque são raros os trabalhos de revisão da literatura sobre o tema publicado no Brasil. Tem predominado estudos empíricos, mesmo que ainda sejam poucos, quando comparado com a produção internacional. Além disso, trabalhos deste tipo auxiliam estudantes e pesquisadores iniciantes a buscar formas de dar continuidade a outras interpretações sobre o fenômeno, mais especificamente sobre os grupos que governam e seus perfis, ou ainda sobre a melhor forma de identificá-los e estudá-los. Isso é importante para países de democracias recentes e para compreender melhor os grupos que controlam poder e a política no sistema político.

1. Método

Foi realizado um levantamento em duas bases de textos nacionais (Periódicos Capes e *Scielo*) e quatro internacionais (*Jstor*, *ScienceDirect*, *Wiley Online Library*, *Cambridge Open*) usando para busca a palavra-chave “elite política” (plural e singular). Tais procedimentos são baseados em duas funções da cienciometria, ou seja, identificar tendência de crescimento do conhecimento/tema de uma determinada área e estudar sua dispersão e obsolescência (Spinak, 1998).

O levantamento foi feito dando prioridade aos artigos de pesquisas empíricas de abrangência nacional ou comparada e a ensaios teóricos e de revisão publicados entre 1950 a 2013. As áreas selecionadas nas bases foram: “ciência política”, “sociologia”, “política e administração pública”. Já para os livros o critério para seleção foi o de acessibilidade em bibliotecas físicas e *online* e quanto a abrangência espacial foram incluídas as obras nacionais com enfoques locais, regionais e nacionais. Foram excluídos das buscas os trabalhos apresentados em eventos científicos.

Após o acesso as obras, uma segunda seleção foi feita a partir dos seguintes critérios: a) os trabalhos já consagrados na literatura sobre o tema, com definições e/ou revisões conceituais ou com abordagens metodológicas, especialmente quando citados em artigos de revisão; b) obras clássicas e de suas revisões, estas com contribuições e críticas conceituais e/ou metodológicas; c) trabalhos publicados em periódicos internacionais consolidados, com resultados de pesquisas empíricas recentes; d) artigos recentes com uso ou indicação de novos métodos para o estudo de elite política.

Mesmo com estes critérios e cuidados foram enfrentados os seguintes limites: i) quanto à abrangência, dadas as dificuldades de acesso, alguns trabalhos importantes ficaram

de fora; ii) número elevado de publicações sobre o tema, o que dificultou a seleção, podendo apresentar certo viés; iii) as análises ficaram limitadas as poucas obras, em função do grande volume de páginas que o texto final exigiria.

Assim, este ensaio pretende responder as seguintes questões: O que é elite política e como se desenvolveram os estudos sobre o tema? Quais as principais construções conceituais e críticas teórico-metodológicas de elite política? Qual a tendência das pesquisas empíricas recentes sobre elite política?

2. Elite Política: Origem e Evolução

Desde que Le Bon alertou para a necessidade de se estudar a ciência do governo (Silva e Zonta, 2010), uma série de estudos sobre elites políticas se desenvolveu. Os trabalhos clássicos de Mosca (1992) e sua tese de polarização massa-elite; de Pareto (1984) com a tese de circulação das elites e de Michels (1982) com a inevitabilidade de oligarquia nos partidos de massa iniciaram a diversidade de estudos que mostram o interesse pelo tema (Camargo, 1984) de um debate que se desenvolve bastante entre os anos 1950 a 1980 (Jerez-Mir, 1982; Grynszpan, 1996), ressurgindo com os novos movimentos políticos das democracias emergentes (Sekulic e Sporer, 2002; Shurchkov, 2012) e novas abordagens recentes que vêm explorando revisões conceituais (Shurchkov, 2012; Lund e Saito-Jensen, 2013) e propostas de aplicação empírica de novos métodos (Ghosal e Proto, 2009; Lee, 2012).

Embora a origem das abordagens sobre elite ou teoria da elite tenha fundamento em ambientes distintos (Mosca, 1992; Pareto, 1984; Michels, 1982), em meio às mudanças estruturais, a variedade de enfoque na busca de explicação sobre o fenômeno é mais ampla do que a capacidade de explicar, já que há uma associação entre elite e seu papel (Bachrach e Baratz, 1962). Tal complexidade tem fundamento nas explicações polarizadas entre os dualistas que compreendem a oposição elite-massa (Mosca, 1992; Pareto, 1984; Michels, 1982; Mills, 1975;), os pluralistas cujas teses se sustentam na compreensão de que há várias elites (Dahl, 1958; Bell, 1958; Parsons, 1957; Walker, 1966; Keller, 1967), além dos trabalhos que buscam demarcar métodos e formas de identificação e classificação das elites e que ainda alimentam as pesquisas científicas (Dahl, 1958; Lasswell e Lerner, 1967; Putnam, 1976). Contudo, a principal dificuldade de se estudar o tema é a variedade conceitual presente nos estudos empíricos (Zannoni, 1978). As referências ao conceito aparecem no singular

(elite), no plural (elites) e até na forma adjetivada (elitismo) e cada forma confunde o leitor mais atento.

Desde Mosca (1992) há uma percepção de que nas sociedades existem dois grupos. Assim, o conceito nasce da oposição entre grupos sociais e no singular. Pareto (1984) concebeu duas formas diferentes de elite (governante e não governante) no interior de um mesmo grupo. A forma no plural trata dos que se destacam no interior de um grupo maior e superior. Em Mosca a organização e o poder de decisão fazem a diferença. Já Pareto percebeu que as ações do poder ou a decisão é o princípio.

Por sua vez, Michels (1982) chama atenção para um grupo organizacional (oligarquia) que se revelava de forma diferente, como forma de evitar a circulação prevista por Pareto. O surgimento de uma liderança nas organizações políticas construiu o argumento de Michels (1982). O que é comum nos trabalhos dos autores clássicos é a polarização de grupos e não de classes sociais (Uriarte, 1997), já que a diferença está na premissa da qual partiram os trabalhos clássicos (Anton, 1963).

O termo “elites” (no plural) fica mais claro em Mills (1958, 1975). Sua visão de distribuição do poder político na sociedade norte americana demonstrava que as posições de destaque nas instituições relevantes projetavam as elites do poder. Um fator determinante na identificação de elite é a capacidade de tomar decisões importantes, que de alguma forma modificam os rumos da sociedade (Mills, 1975). Poder e decisão são as premissas da posição institucional, bastante contestada (Dahl, 1958, 1966; Bell, 1958; Walker, 1966), porém foi também relativizada (Bachrach e Baratz, 1962), dada a dificuldade e complexidade da construção conceitual.

A partir dos trabalhos destes autores a maior preocupação conceitual ampliou o debate em torno de questões metodológicas, cujo objetivo foi chegar a um procedimento aceitável do que seja elite(s). A questão central das pesquisas era: Qual o critério fundamental para enquadrar um grupo de pessoas como elite? Diante disso, vários trabalhos refletiram uma visão estrutural das sociedades contemporâneas em que a distribuição do poder político era maior do que uma polarização de dois grupos no poder (Aron, 1950; Bachrach e Baratz, 1962; Lasswell e Lerner, 1967; Keller, 1967).

A diferenciação na tomada de decisão do poder político (Dahl, 1966) e no *status* socioeconômico (diferenciação social) são formas de compreender fenômenos sociais (Aron, 1950; Parsons, 1957;), mas não são demarcadoras da divisão de poder entre grupos políticos

de forma generalizada em todas as sociedades (Bachrach e Baratz, 1962). No entanto, a crítica aos estudos sobre o tema alimentou ideologias e a conotação pejorativa, como a ideia de “elitismo” atribuída a seus estudiosos (Albertoni, 1990).

A retomada dos estudos sobre o tema nos trabalhos contemporâneos se situa no contexto das análises sociológicas sustentadas nas instituições e seus papéis (Mills, 1958, 1975) e nas decisões que impactavam a sociedade, sendo o ponto de partida para identificação do poder real que detinham os grupos de elite (Dahl, 1958, 1966; Lasswell e Lerner, 1967; Putnam, 1976). Dessa forma, cada pesquisa deveria trabalhar com uma definição conceitual que lhe fosse mais apropriada, a partir de suas premissas.

Neste aspecto, Keller (1967) apresenta a tese de que, em termos quantitativos e de abrangência social e política, o conceito de elite contraria as concepções de Mosca, Pareto e Mills, porque os membros da elite são recrutados a partir da organização interna e do grau de especialização que tem. Esta visão tem certa aproximação das concepções de Michels. Para a autora a “existência e permanência de minorias influentes constitui uma das características invariáveis da vida social” (Keller, 1967:13). Sendo assim as principais questões que ela apresenta são: a) quais elites são importantes e por que o são, em determinado estágio da sociedade? b) quantas elites existem em determinado período e por quê? c) quais as elites comandam em curto prazo e longo prazo e por quê?

Revisões dos trabalhos clássicas foram constantes na literatura, quase sempre tratando de analisar alguns aspectos conceituais e metodológicos e mostrar a atualidade do tema, com enfoques variados (Bottomore, 1965; Kolegar, 1967). Essa é a perspectiva de Bottomore (1965:16) ao defender que a classe política é o grupo com poder ou influência, empenhado no exercício de liderança. Elite são grupos empenhados em “diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si”. O conceito de elite política do autor tem como base os grupos funcionais, admitindo que as funções (não as posições) são critérios de demarcação, assim avança na premissa de que o conflito, como propôs Dahl (1958), é frequente no interior dos grupos.

Entretanto vem de Mills (1975) uma advertência quanto ao nível em que se deseja estabelecer a linha para demarcação do grupo (elite), já que os critérios de seleção podem ampliar ou reduzir demais o tamanho do grupo. Isso mostra que questões metodológicas foram menos consensuais para identificação de elites políticas.

Uma proposta interessante veio de Putnam (1976), quanto a reputação social como uma das formas de identificação de elites, ampliando a visão pluralista da sociedade, o que reflete a preocupação com o reconhecimento de outros grupos políticos para compor o conceito, além dos que ocupam posições de destaque. No entanto, tal forma bastante criticada para estudos de elites locais (Wolfinger, 1960; D'Antonio e Erickson, 1962; Freeman et al, 1963) passou a ser mais uma estratégia de pesquisa, dado que trabalhos comparativos entre as teses elitistas e pluralistas também receberam atenção (Bachrach; Baratz, 1962; Walker, 1966; Kerbo e Fave, 1979).

Os estudos sobre elite política se desenvolveram buscando explicar o surgimento de grupos no controle político das instituições, o que se confundiu com poder e Estado. Trata-se de um tema “tabu” nos estudos sociais e que alimentou ideologias, exigiu reflexões interessantes e contribuiu para o debate teórico-metodológico. Nesse aspecto a literatura avançou mais nas críticas metodológicas para definição conceitual e por sua vez na identificação dos grupos a serem estudados.

O que ficou mais claro em seu desenvolvimento foi a polarização elitismo *versus* pluralismo. No entanto, em torno deste debate o poder e os papéis do Estado estavam presentes na base e de alguma forma deixaram abertas algumas questões para nossos dias, são elas: poder político, *status* social, poder potencial e poder real ainda são elementos a serem considerados na demarcação de grupos considerados elites? Estes ainda são conceitos ou categorias que podem sustentar estudos sobre elites políticas? O pressuposto de grupos no comando real ou potencial da atividade política tem como suposição que o poder é concentrado em tais grupos: mas como medir o poder que os grupos têm? É possível se construir uma “escala” para medir quem tem mais ou menos poder em um sistema político? A elite política é a que tem poder ou ela influencia o exercício do poder?

3. Abordagens Contemporâneas

Os conflitos em torno do que realmente seja elite política alimentou a literatura e promoveu um debate metodológico interessante e revelador de sua magnitude, buscando uma direção geral e abstrata (caminho teórico) para alcançar um objeto real de estudo (empírico). Os debates indicam a falta de um pressuposto ou de um postulado a ser testado, por isso a controvérsia sempre presente.

Após a emergência do tema, a partir dos estudos clássicos, o volume e a diversidade de pesquisas permitiram novas abordagens, especialmente no período pós-segunda guerra, com relativa queda durante os anos 1980 (Grynszpan, 1996), retornando em meados dos anos 1990, com vários estudos empíricos vindos das experiências de algumas democracias emergentes.

Impulsionado por estudos sistemáticos nos Estados Unidos sobre elites nacional e local o tema retornou. As principais perspectivas da literatura norte americana foram analisadas por Jerez-Mir (1982) e elas revelam que os trabalhos se voltaram para críticas ao conceito de elite política. Surge então o debate polarizado entre elitismo *versus* pluralismo.

Esse debate pode ter seus trabalhos agrupados em dois blocos (Anton, 1963): i) uma vertente de cunho mais sociológico, sustentada nas premissas teóricas estruturalistas e nos papéis políticos no interior das sociedades (Aron, 1950; Parsons, 1957); ii) a outra vertente, pluralista, mais voltadas para as funções políticas, entende a comunidade como um conjunto de indivíduos e a pluralidade dos seus interesses prevalecendo (Bell, 1958; Dahl, 1958, 1966; Putnam, 1976).

As questões metodológicas foram abordadas em várias perspectivas. Algumas se voltaram para críticas aos trabalhos que defendiam a unidade das elites (Mills, 1958; 1975) e que se propuseram construir modelos explicativos para identificação de grupos políticos. Os trabalhos críticos insistiam que a forma reducionista e superficial da construção do conceito de elite, a partir dos estudos empíricos era a principal fragilidade dessa abordagem (Dahl, 1958, 1966; Bell, 1958; Walker, 1966); outros sustentavam seus argumentos nas dificuldades de aplicação empírica do conceito (Putnam, 1971), dada a ambiguidade e imprecisão na sua construção conceitual (Zannoni, 1978); enquanto outros trabalhos menos críticos apresentaram propostas mais abrangentes para identificação de elites em pesquisas empíricas (Lawssel e Lernner, 1967; Putnam, 1976). Assim, no desenvolvimento das pesquisas foram utilizados os conceitos “elite”, “classe política”, “aristocracia” e “oligarquia” como sinônimos (Zannoni, 1978), o que dificultou o consenso, porém enriqueceu o debate e ampliou a literatura sobre o tema.

Esse movimento que aparentemente estava concentrado nos Estados Unidos também se desenvolvia na Europa. Um conjunto de trabalhos de base empírica em diversos países europeus tratava de definições e construtos como forma de melhor demarcar o conceito de elite política (Baras, 1992), seja voltando atenção para o papel das elites em assuntos

específico, tais como na composição dos parlamentos (Loriente e Piwonka, 1993), ou fazendo vinculação com posição partidária a determinados grupos locais (Baras et. al., 1988). Neste último movimento há uma retomada de estudos locais como forma de apresentar novas abordagens.

Esses estudos, embora com grande influência dos trabalhos clássicos, se desenvolvem em ambiente diferente, dado que na maioria das sociedades a atividade política passou a ser uma profissão. Fatores como regime político, sistema partidário, organização da estrutura administrativa influenciam na concepção de elite política, especialmente quando os estudos se voltaram para democracias consolidadas (Putnam et al, 1979; Ruostetssaari, 1993; Steen, 1997; Adms et al, 2012), inclusive na renovação geracional (Dalton, 1987). Tais fatores se refletem também nos estudos que analisam as elites nas experiências de democracias recentes (Kullberg, 1994; Case, 1994; Reissinger et al, 1996), ou ainda para aperfeiçoamento das antigas ou mais consolidadas, porém sob a perspectiva de resgate de elementos presentes nos estudos clássicos (Uriarte, 1997).

Experiências de democracias emergentes ou ditaduras “disfarçadas” também somam novos esforços, voltados agora para ambientes diferentes do debate polarizado elitismo-pluralismo. Em contexto de regime socialista, como o da China, trabalhos abordam a formação universitária e a antiguidade no Partido Comunista como principais variáveis para a formação da elite governamental (Zang, 2001). Do mesmo país vem o estudo que se volta para as atitudes das elites, de suas redes políticas e do papel das instituições (Lee, 2012), assim como estudo que se desenvolve mostrando o uso de novas tecnologias e com base em experiências orientais para ampliar o arcabouço metodológico sobre o tema (Sullivan, 2013).

Experiências de países do pós-socialismo como Croácia que foi objeto de estudo para verificação de formação e circulação de elites é um exemplo das pesquisas recentes voltados para democracias emergentes (Sekulic e Sporer, 2002), assim como em outros países bálticos, cuja mudança de regime está vinculada a renovação das elites, que também despertam a atenção para novos movimentos na literatura (Steen, 1997), seja traçando uma anatomia do poder (Ruostetssaari, 1993) ou ainda demonstrando experiências para observação do *status* ideológico no pós-socialismo na Rússia e Ucrânia (Miller et al, 1995).

Outros estudos em democracias recentes consideram variáveis sociais, políticas e institucionais no recrutamento dos membros do governo na Polônia (Raciborski, 2007). A Rússia merece destaque, seja por questionamentos sobre metodologias usadas para descrição

de elites em outros contextos que se mostram limitadas neste país (Tarusina e Gelman, 2000), seja por questões ideológicas ainda muito fortes na polarização das elites (antigas e novas) no cenário nacional e com agendas diferenciadas (Kullberg, 1994), ou em abordagem comparativa, mostrando que este país se diferencia dos demais pela permanência de elites tecnocráticas em governos democráticos (Huskey, 2010). Também se destaca estudo comparado de países do sudeste asiático (Indonésia, Malásia e Tailândia), cujo foco é o papel das elites políticas na estabilidade de regimes democráticos ou autoritários (Case, 1994). Na mesma direção de outro estudo que mostra quando as preferências por uma agenda de políticas não são consensuais, prevalecem as demandas da elite na Indonésia (Bandeira e Levy, 2011).

Outros estudos mais recentes vêm contribuindo com a literatura e apresentam claras evidências de que o tema está em pleno desenvolvimento, especialmente em democracias recentes. Entre estes estão os que tratam da competição dos atuais ambientes democráticos (Druckman et al, 2013), evidenciando os conflitos intra-elite como fator de mudança na caracterização destes grupos (Ghosal e Proto, 2009). Esse panorama alimenta a literatura sobre o tema.

Diante dessa variedade de abordagens, resultante dos estudos do período pós-guerra, especialmente vindo dos Estados Unidos, outras questões surgem, a partir da indefinição conceitual que foi o uso indiscriminado do termo elite. Tal fato é comum no meio acadêmico, no interior das instituições políticas, na imprensa e na sociedade em geral. Talvez este uso incontestado do termo elite política tenha relação com o pouco esclarecimento do conceito entre os pesquisadores. Se os estudiosos não chegam a um consenso em torno do termo, o que se esperar da sociedade em geral? Será que as ciências sociais ainda não compreenderam o que o senso comum já aceita? Ou a ciência não aceita verificar com suas métricas o que o senso comum já conceituou, mesmo que de forma generalizante?

A diversidade surge com o aumento dos estudos e persiste nos trabalhos publicados nos grandes veículos de comunicação científica até hoje. Dessa forma, cada estudo empírico tem seu ambiente em que as elites existem, o que exige uma base analítica e uma lógica conceitual compatível com suas análises. Assim, outras questões surgem: para desenvolver pesquisas empíricas sobre elites políticas é necessário primeiro responder o que é elite política? São os pressupostos dos chamados “teóricos das elites” e de seus seguidores as unidades de análise

de referência? Ou os estudos empíricos devem ter como parâmetro as variáveis apresentadas pelos críticos da teoria das elites?

4. Críticas Teórico-Methodológicas

Com o avanço das pesquisas sobre o tema, trabalhos mais críticos foram surgindo com as atenções voltadas para metodologias usadas na identificação de grupos considerados elites. Embora tais debates remontem o ambiente das obras clássicas, é no período do pós-guerra que a produção científica avança, seja propondo novas formas de pesquisa empírica ou revendo e aperfeiçoando técnicas já muito usadas, especialmente pela abordagem histórica.

Os debates mais difundidos na literatura vêm da produção de pesquisadores das universidades dos EUA. As obras de Mills (1958, 1975) são as que mais recebem críticas. A posição de seus críticos foi sustentada na premissa de um pluralismo social e político, cuja a unidade de análise era a distribuição do poder. Nessa perspectiva, merece destaque os trabalhos que discordam do método das posições institucionais (Bell, 1958; Dahl, 1958, 1966; Putnam, 1976) e os que relativizam também criticando a tese de pluralismo de poder e interesses (Bachrach e Baratz, 1962; Anton, 1963). O debate resultou num acúmulo positivo para discussão do tema (Jerez-Mir, 1982, 1985). Essa preocupação metodológica parte de um ponto fundamental nas análises empíricas, que é identificar quem é e quem não é elite política.

A tese de Mills (1975) foi sustentada na posição institucional e uma pretensa unidade entre os grupos pesquisados. A crítica mais forte se voltou para a ausência de base para provar a unidade de grupo (coesão). Bell (1958) critica as “elites do poder” porque esta tinha uma sustentação em análise voltada para realidades europeias, o que não se aplicava a realidade americana, pois mesmo que dados fossem dos EUA o seu método estático e a-histórico não sustentava o argumento. Dahl (1968) também criticou o uso de pouca análise empírica e de excessivos dados estatísticos. Além disso, o autor argumenta que poder real e o poder potencial foram diferenças não observadas no método posicional de Mills (1975).

As teses pluralistas (Dahl, 1958, 1966; Bell, 1958) contestavam a unidade entre as elites porque acreditavam que nas sociedades modernas (o parâmetro são as democracias consolidadas) a diversidade de grupos (elites) especializados e rivais é mais visível empiricamente. Além disso, a ausência de trabalhos sobre rede de integração dificultou a identificação desta coesão (Moore, 1979). Contudo, Parsons (1957) faz uma advertência

metodológica ao defender que a dificuldade de identificar e classificar as elites em nível nacional está nos dados sempre insuficientes e em questões empíricas difíceis de captar. Aqui surge a diversidade política como elemento diferenciador da formação de grupos de elites.

Outro ponto de divergência entre estruturalistas e pluralistas é a decisão como um dos fundamentos para definição de grupos políticos dominantes. Na perspectiva pluralista (Dahl, 1958, 1966; Bell, 1958) a tese da difusão das decisões políticas se sustenta na premissa de que toda política é resultado de forças que representam grupos variados e nenhum é hegemônico. Cada grupo é influente em suas respectivas áreas de atuação e frágeis em outras, sendo mais comum vetarem políticas não desejadas do que impor suas próprias políticas (Jerez-Mir, 1982).

Na hipótese de existência de uma elite dirigente ou elites, Dahl (1958) propõe a seguinte estratégia para verificar a capacidade de decisão: i) definir um grupo na sociedade; ii) retirar uma amostra considerável de decisões; iii) verificar em que medida as preferências (do grupo) por essas decisões realmente prevalecem. Porém, Kerbo e Fave (1979) mostraram que nos métodos dos elitistas e pluralistas há mais conflito do que consenso. Os primeiros partem da presença de grupos dominantes e de destaque no comando político; os segundos não acreditam na concentração de poder e defendem a pluralidade de poder distribuído em vários grupos.

Putnam (1976) então propôs uma forma objetiva de operacionalizar uma pesquisa: a) fazer uma análise posicional, a partir da suposição de que as instituições formais e de governo ajudam a construir uma cartografia útil das relações de poder, uma “rede política”, já que as posições mais elevadas destas instituições são ocupadas politicamente por quem têm mais poder; b) buscar identificar pessoas por meio de análise das decisões consideradas impactantes ou importantes na vida social e política de uma sociedade, acreditando que as decisões de governo podem ser rastreadas para identificar os tomadores destas decisões, já que o poder político se materializa nas ações do governo; c) identificar a reputação social que as pessoas (hipoteticamente importantes) têm na sociedade em que vivem.

Dentre as forma apontadas por Putnam (1976), a estratégia de reputação social ou reputacional foi pouco debatida entre os críticos. Ela se baseia na reputação que pessoas e/ou grupos têm na sociedade em que vivem, seja entre os “comuns” (“não elites”) ou entre os próprios membros previamente considerados elites. Também é mais indicado como forma complementar, porque apresenta uma limitação operacional que é um instrumento (gerador de

nomes) capaz de chegar a uma lista relativamente ampla para um “teste de reputação”. Uriarte (1997, p. 266) destaca alguns cuidados com este método: a) conhecer as características da classe política; b) ter em mente a diferença entre os conceitos de elite política e elite política local; c) compreender quando as elites políticas e as elites políticas locais se sobrepõem no mesmo espaço (local, regional e nacional).

Contudo as críticas a estratégia de reputação social, operacionalizada via entrevista, destacam os poucos avanços para os estudos (Wolfinger, 1960; Freeman et al, 1963; Smith, 2006; Harvey, 2001). Para Wolfinger (1960) a imprecisão nas descrições resultantes de entrevistas é o grande limitador. Tais descrições são a base dos *rankings* comumente construídos com informações pouco confiáveis e não há como avaliar o poder relativo dos grupos. Contrariamente, D’Antonio e Erickson (1962) defendem o uso da reputação social por acreditarem que é possível encontrar dados de medida geral da influência dos líderes responsáveis por tomada de decisões importantes, ou seja, a reputação é identificada com o potencial de tomada de decisão ou influência real nas decisões.

O que a literatura não fundamenta e não há consenso é sobre a decisão como uma unidade de análise para demarcação de grupos considerados elite política. Zannoni (1978) defende que a ambiguidade e a imprecisão é a fonte dos problemas conceituais. Cada postulado teórico tem em sua base diferenças, pois atribuem diferentes palavras para o mesmo fenômeno. Assim, a confusão entre poder real e poder potencial, posição mais elevada e menos elevada, reputação maior e menor e decisão mais e menos impactante estão na origem.

O uso de *survey* com questionários é pouco referenciado na literatura e é mais usado para o método de decisão. Putnam (1976) é um dos poucos que insiste na forma como fazer da decisão uma das unidades de análises relevantes. Também Lasswell e Lerner (1967) se preocupam como desenvolver trabalhos empíricos com o uso da decisão como unidade de análise para definição de elite política.

Mesmo sendo uma importante medida de identificação de poder que têm determinados grupos políticos, especialmente os que detêm espaço de poder, a decisão impõe certos limites de operacionalização, são eles: a) definir que decisões são realmente importantes numa sociedade ou no interior de uma instituição; b) verificar qual a medida de importância a ser adotada para a classificação, num *ranking* de decisões; c) identificar até que etapa de decisão se pode atribuir importância (até que nível em uma hierarquia de decisões); d) verificar quando uma decisão (preferência) é consensual entre grupos e quando não é; e) identificar a

forma mais adequada para medir o impacto de tais decisões numa sociedade, por meio de parâmetros consistentes.

Outros autores contestam a concepção de poder como uma variável que interfere na condução do método em estudos de elites (Smith, 2006) e a própria estratégia de condução da técnica de entrevista também é questionada (Aberbach et al, 1975; Harvey, 2011). Assim, novas formas foram concebidas para pesquisa com elites políticas. Uma comparação de várias abordagens para identificar líderes foi feita por Freeman et al (1963) e sugerem um índice para apresentar uma tipologia de líderes. Partindo de método semelhante (redes políticas), Moore (1979) apresenta os dados sociométricos como suporte para identificar o grau de integração ente as elites políticas, assim como Perrucci e Pilisuk (1970) que defendem o uso do mapeamento das redes políticas para identificação de elites.

Estudos históricos apresentaram o método das biografias coletivas, mas conhecidos como prosopofrafia (Charle, 2006; Heinz, 2006; Conniff, 2006). Esta forma de se estudar elites usa a história de vida e as biografias coletivas buscando dar destaque as características de grupos específicos. Camargo (1984:12) chama atenção para a seleção das pessoas, já que a escolha de pequenos grupos para estudo é bem diferente de trabalhos que buscam identificar pessoas em um universo mais amplo. Para a autora pesquisas que estudam fontes de liderança (poder político) tem um universo maior de pessoas do que aquelas cujo objetivo é estudar os envolvidos com instituições estatais.

A proposta mais densa para estudo de elites políticas, especialmente na busca de demarcação de grupos, foi feita por Lasswell e Lerner (1967). Para os autores, é necessário identificar as elites por meio de características e circunstâncias: a) ambientes territorialmente orientados a que estão sujeitos os indivíduos (elites locais, regionais e/ou nacionais); b) interesses que sustentam a seleção ou recrutamento de grupos; c) a personalidade orientada para o poder e a formação em círculos fechados; d) as crises internas e externas aos grupos que projetam elites; e) as arenas em que se constroem, reconstroem e transformam grupos; f) os valores das elites ao longo de suas carreiras; g) as estratégias que estão relacionadas com as arenas em que estão inseridas; h) os efeitos de seus atos e planos, valores e interesses, ações e reações para alcançar a posição ou condição de elite; i) a perspectiva de grupo, que só é possível observar quando se identificam pessoas que ocuparam altos postos durante um período (Lasswell e Lerner, 1967, p. 23-40).

Outros esforços sobre questões metodológicas com as atenções voltadas para países da Europa foram realizados (Edinger e Searing, 1967), seja tratando de grupos específicos na França (Sainteny, 2002; Genieys, 2005), Espanha (Capo et al., 1988), em Portugal (Mendes, 1992). Dentro desta linha, surgiu também na Europa, um notável esforço de uma rede de centros de pesquisas³ para ampliar o escopo e adotar novas metodologias para estudo de elites nacionais da União Europeia (Jerez-Mir et al, 2008), seja em um esforço comparado entre elites nacionais (Jerez-Mir e Vasquez, 2009) ou com foco nas elites locais (Giol et al, 1988; Giol, 1992; Almeida, 2005).

A literatura crítica sobre a teoria da elite pode ser agrupada em três grandes grupos: a) trabalhos que criticaram a teoria, em sua essência, por não verem coerência nas premissas que a sustentam; b) trabalhos que apresentam formas de identificação de grupos considerados elites, mas que apenas acrescentam propostas de combinação metodológica auxiliar as já conhecidas; c) novas propostas metodológicas com o uso de recursos informacionais.

Os poucos trabalhos selecionados neste ensaio são de alguma forma expoentes de uma determinada perspectiva. Cada trabalho foi selecionado e descrito (e não analisado) como um representante de uma tendência nos estudos de cada geração, abordagem, opção teórica e/ou metodológica. Dos anos 1950 a 1980 houve grande produção voltada para análises metodológicas, o que influenciou o modo de “ver o mundo” e da ciência social de interpretá-lo. Este momento marca a reorganização dos poderes políticos e emergência de valores democráticos, daí o desenvolvimento das fortes críticas ao modelo de explicação política baseada na polarização do poder dos grupos específicos como uma unidade de análise central, dado que correntes pluralistas se desenvolvem neste período para contrapor o argumento elitista.

A democracia como um valor nas regiões de sistema social mais inclusivo politicamente e menos desigual socialmente se contrasta com outras sociedades na América Latina, África, Oriente Médio e Ásia. Regiões que experimentaram com frequência regimes ditatoriais, de certa forma fizeram ressurgir novas abordagens sobre o que se chamou de “pós” (socialismo, ditadura etc.). Tais fenômenos influenciaram os estudos e seus critérios para atribuir a determinados grupos políticos o “*status*” de elite política. Nesse panorama se situa a produção brasileira sobre o tema. Esse contexto alimenta outra questão de caráter

³ Ver Projeto integrado financiado pela União Européia, através do programa *Citizens and governance in a knowledge based society (2005-2009)*, coordenado pelo *Centre for the Study of Political Change (CIRCaP)* da Universidad de Siena. (ver: www.intune.it).

metodológico: decisões impactantes, círculos fechados de poder e diferenciação de poder político de um grupo (governantes) têm alguma implicação ou limitação para os estudos sobre elite política?

5. As Pesquisas no Brasil

A pesquisa sobre elite política no Brasil não se desenvolveu como nos demais países com mais tradição nessa abordagem. Entre os fatores que explicam esse fato é que as ciências sociais foram fortemente influenciadas pela análise das classes, de matriz marxista. Na concepção de Grynszpan e Grill (2011) isso aconteceu pouco com a ciência política, mais influenciada pela literatura americana e pelo pluralismo, o que levou ao desenvolvimento tardio do tema.

As primeiras abordagens tinham um caráter mais histórico e, como tradição na Europa, foram pesquisas sobre os nobres e a linhagem familiar dessa elite imperial. Tais estudos são baseados, na maioria das vezes, no uso da história oral e/ou das biografias coletivas (prosopografia). Alguns trabalhos presentes na coletânea organizada por Heinz (2006) mostram um pouco como o uso da técnica ou método foram explorados (Charle, 2006; Ferrari, 2006; Conniff, 2006). Tal técnica é bem explicada na tradução do trabalho de Stone (2010) publicado pela Revista de Sociologia Política.

Na tradição das ciências sociais brasileiras o termo “elite política” é menos frequente nos estudos políticos e sociológicos. Merece destaque a relevante contribuição de Grynszpan (1996) sobre a origem e evolução do tema em um panorama das principais vertentes na literatura. Do outro lado, uma abordagem mais metodológica e de igual densidade, apresentando inclusive formas de pesquisar o tema, a partir do tipo de elite que se pretende, é o trabalho de Camargo (1984).

Esforços sistemáticos para o estudo de elites vem da parte Sul-Sudeste do país, com destaque para os trabalhos organizados em uma coletânea sobre grupos dirigentes, com uma alusão aos postulados pluralistas (Codato et al, 2006). Estes trabalhos vêm tratando do tema elites de forma mais geral em variadas abordagens e espaços territoriais (Codato et. al., 2006; Coradini, 2001, 2006, 2007, 2011).

Outros estudos abordam a presença de elites políticas em instituições parlamentares (Messenberg, 2002, 2008), usam novas fontes de pesquisa (Braga e Nicolás, 2008), confrontam perspectivas de análise (Codato e Perissionotto, 2009) ou tratam sobre seleção de

candidaturas, desempenho eleitoral e formação de grupos com vinculação político-partidária (Codato e Perissinotto, 2008; Perissinotto, et. al., 2009).

Estes trabalhos são resultados de pesquisas que foram influenciados e influenciadores dos GT's da Anpocs sobre grupos dirigentes, estrutura de poder e elites e instituição política. Grynszpan e Grill (2011) enfatizam que o desenvolvimento dos estudos de elites no Brasil tem fortes relações com a Anpocs. A partir desses trabalhos, outros vão se desenvolvendo com o surgimento de dossiês temáticos sobre elites, entre eles o da Revista Tomo (2008), o da Revista de Sociologia Política (2008) e o da Revista Pós-Ciência Sociais (2011).

Entretanto, o que se observa é uma concentração de estudos empíricos com base em realidades das regiões mais desenvolvidas do país (Sul e Sudeste). Porém, já começa se desenvolver pesquisas empíricas em outras regiões mais afastadas dos grandes centros, como Nordeste, com trabalhos publicados em periódicos de abrangência nacional (Grill, 2008) e Norte (Farias Filho, 2011). Além disso, ainda há poucos trabalhos que apresentam formas inovadoras de resgatar métodos pouco usados no estudo da ciência política como a abordagem via prosopografia feita Braga e Nicolás (2008) com o uso dos recursos da internet.

O que a literatura acadêmica nacional, especialmente os estudos empíricos mostram é uma ampliação e diversificação (Grynszpan e Grill, 2011) de abordagens que se completam e que convergem para desenvolvimento dos estudos sobre o tema. Mesmo padecendo de um mesmo problema na produção científica nacional, que é o isolamento dos centros de pesquisa. É evidente que esforços estão em andamento de grupos interinstitucionais para desenvolvimento de pesquisas temáticas e o tema elite já foi objeto desses esforços.

O fato de ter poucas pesquisas sobre o tema se desenvolvendo em território nacional mostra que muito ainda deve ser pesquisado e a contribuição da metodologia para identificar estratégias de grupos dominantes ainda é farta e aberta a novas abordagens. Ensaio teóricos ainda são pouco frequentes, assim como artigos de revisão publicados em periódicos nacionais, uma tradição não consagrada nas ciências sociais. Já está próximo de duas décadas uma das contribuições mais relevantes sobre o tema que é a revisão de Grynszpan (1996). As poucas pesquisas em andamento no país evidenciam essa dívida que as ciências sociais brasileira têm com o tema.

O que é possível perceber na produção científica nacional é a pouca atenção dada ao tema, motivadas por variados fatores, que vão de questões ideológicas, céticas até a dificuldade de compreensão de sua utilidade científica. Isso fez com que outro problema se

desencadeasse que foi o uso indiscriminado do termo “elite política”. É certo que desde sua origem não foi diferente, porém é comum encontrarmos no cotidiano o uso de forma bastante abrangente. Na maioria das vezes, seu uso tem vinculação com seu significado original anterior as clássicas formulações de Mosca e Pareto.

Esse panorama mostra que por ser o tema elite política originário de um termo geral (elite), varia em função do objetivo e da premissa que sustenta o argumento. Os significados variam em função da diversidade das realidades empíricas que estão na base das abstrações teóricas. Desta forma, o desafio de tirar algumas conclusões não é fácil, dado sua amplitude e indefinição conceitual.

Conclusões

A literatura internacional apresenta na última década uma tendência de estudos empíricos desenvolvidos a partir de regiões recém-saídas de regimes autoritários, que convivem em tipos mistos de autoritarismo e democracia ou que enfrentam experimentos curtos de um e de outro regime. Nesses trabalhos há resgate dos princípios teóricos clássicos das elites e de seus fundamentos para explicar essa “longa transição” em que vivem.

As experiências que vem dos países do pós-socialismo (Rússia, Polônia e dos países bálticos), da porção oriental (China, Coreia, Malásia, Tailândia) e dos países africanos e latino-americanos deixam claro que o desafio para pesquisa sobre o tema é de caráter metodológico. Identificar os grupos que controlam as instituições emergentes de democracias recém-construídas é um desafio. Caracterizá-las como elites políticas é outro desafio. Nestes casos, uma questão se apresenta: os grupos que decidem são os que definem a agenda pública e por isso são considerados elites políticas ou os definidores da agenda política, apenas por isso, já os qualifica como elites políticas?

Nesse ambiente é necessária uma definição mais precisa do que seja elite política. Nestes casos, é possível partir dos seguintes questionamentos: quem tem mais poder real nesses regimes é a elite emergente ou esta elite apenas ocupa as posições de poder e de tomada de decisão (portanto tem poder potencial)? Em contexto de emergência de “novas” elites (perfil e *status*), qual o papel das “velhas” elites? Mas o que são novas e velhas elites?

Esses novos estudos apresentam um panorama e um contexto nos quais o Brasil se insere, cujo desafio é compreender e operacionalizar variáveis empíricas e premissas teóricas que permitam responder a seguinte questão: se cada método tem um objetivo e um foco de

análise, então a combinação metodológica é uma possibilidade para melhor demarcar um grupo considerado elite política e para desenvolver estudos sobre elites políticas?

O que vem emergindo no atual estágio das ciências sociais são novas formas de estudo de fenômenos sociais e políticos. São fenômenos que estão especialmente influenciados pelo avanço tecnológico da comunicação, que altera o comportamento social e político dos variados grupos. Neste cenário, fenômenos sociais são estudados a partir dos pressupostos de outras ciências emergentes, como a ciência da informação e as técnicas delas oriundas como a análise com a bibliometria, cienciometria entre outras, o que permitem questionar: em que medida métodos de análise de redes sociais, netnografia, mapas conceituais entre outros são úteis para desenvolver pesquisas sobre elites políticas? A literatura sobre elites avançou pouco nessa direção.

Os primeiros trabalhos de identificação de agrupamento social e político, via redes de relacionamentos, foram desenvolvidos nos anos 1970. Porém, dada a crescente utilização do ambiente virtual (internet) e de *softwares* específicos para estudos de comportamentos sociais e políticos, será que os estudos das relações em espaços virtuais frequentados por diversas “classes” e “grupos” políticos são uma tendência nos estudos sociais e políticos? Tais questionamentos se voltam para o ponto central deste ensaio e de seus objetivos que são as tendências metodológicas e de técnicas que auxiliem a ampliar as abordagens sobre o tema.

Dentre as conclusões mais questionadoras do que propositivas ou conclusivas, este ensaio revela que estudos sobre poder local são mais raros porque a informação mais presente nos ambientes democráticos e as tecnologias permitem em tempo real buscar dados que expliquem tendências e comportamentos mais universais e pouco localizados, mas é necessária uma alusão aos promissores estudos que partiram do local para nos ensinar como chegar às análises mais amplas (regional, nacional e internacional). Isso é relevante, porque aproxima estudiosos de qualquer parte do mundo e estimula o desenvolvimento de novos métodos, novas formulações e hipóteses que geram novos questionamentos para ampliar o debate sobre grupos dominantes e relações de poder, tema ainda frequente e instigante na ciência social e política atual.

Referências

- ABERBACH, Joel D.; CHESNEY, James D. e ROCKMAN, Bert A. "Exploring Elite Political Attitudes: Some Methodological Lessons". [online]. (1975), *Political Methodology*. [online]. vol.2, nº.1 [14-08-2010], pp.1-27. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/25791403?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>
- ALBERTONI, Ettore A. (1990), *Doutrina da classe política e teoria das elites*. Rio de Janeiro, Imago, pp.17-35.
- ALMEIDA, Maria A. Pires de. "Fontes e Metodologia para o Estudo das Elites Locais em Portugal". *e-Working Paper*,7 [online]. (2005), [14-03-2009]. Disponível em <http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP7_Almeida_.pdf.
- ANTON, Thomas J. "Power, Pluralism, and Local Politics". *Administrative Science Quarterly* [online]. (1963), vol.7, nº. 4 [14-03-2009], p. 425-457. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2390960?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>
- ARON, Raymond. "Social Structure and the Ruling Class: Part 2". *The British Journal of Sociological* [online]. (1950), vol.1, nº.2. [14-03-2009], pp.126-43. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/587553?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>
- BACHRACH, Peter. (1973), *Crítica de la Teoria Elitista de la Democracia*. Buenos Aires, Amorrortu.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. "Two Faces of Power". *The American Political Science Review*. [online]. (1962), vol. 56, nº 4 [14-03-2009], pp.947-952. Disponível em: <http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/bachrach.pdf>
- BANDEIRA, Oriana; LEVY, Gilat. "Diversity and Power of the Elites in Democratic Societies: Evidence from Indonesia". *Journal of Public Economics* [online]. (2011), vol. 95, nº. 11-12 [14-03-2013], pp. 1322-1330. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047272711000533>
- BARAS, J. Capo. "Las Elites Políticas". *Revista del Centro de Estudios Constitucionales* [online]. (1992), nº.10 [14-03-2009], pp. 9-24. Disponível em: http://new.icps.cat/archivos/WorkingPapers/WP_I_62.pdf
- BELL, Daniel. "The Power Elite-Reconsidered". *The American Journal of Sociology* [online]. (1958), vol. 64, nº.3 [14-03-2009], pp. 238-250. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2773191?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>
- BOTTOMORE, T. B. (1965), *As Elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar.

BRAGA, Sérgio S. e NICOLÁS, Maria A. “Prosopografia a partir da *Web*: Avaliando e Mensurando as Fontes para o Estudo das Elites Parlamentares Brasileiras na Internet”. *Revista de Sociologia Política* [online]. (2008), vol. 16, n.º. 30 [14-03-2009], pp. 107-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

CAMARGO, Aspásia. (1984), “Os Usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com Elites Políticas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, n.º.1, pp. 5-28, 1984.

CASE, William. “Elites and Regimes in Comparative Perspective: Indonesia, Thailand, and Malaysia”. *Governance* [online]. (1994), vol.7, n.º.4 [14-03-2009], pp.431-460. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gove.1994.7.issue-4/issuetoc>

CHARLE, Christophe. (2006), “A Prosopografia ou Biografia Coletiva: Balanço e Perspectiva”. (2006). in F. M. Heinz. (org.), *Por outra história das elites*. São Paulo, FGV, pp.41-53.

CODATO, Adriano; BRAGA, Sérgio; PERISSIONOTTO, Renato M. e FURKS, Mário (Orgs.). (2006), *Quem governa? Um Estudo das Elites Políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR.

CODATO, Adriano e PERISSIONOTTO, Renato M. “Dossiê Elites Políticas: Apresentação: por um Retorno à Sociologia das Elites”. *Revista Sociologia Política* [online]. (2008), vol.16, n.º.30 [14-03-2009], pp. 7-15. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

CODATO, Adriano. “Marxismo e Elitismo: dois Modelos Antagônicos de Análise Social?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. (2009), vol. 24, n.º. 71 [15-07-2010], pp. 143-153. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

CONNIFF, Michael L. (2006). “A Elite Nacional”. in F. M. Heinz. (org.), *Por outra história das elites*. São Paulo, FGV, pp.99-121.

CORADINI, O. L.(2001), *Em Nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

CORADINI, O. L.(2006). “Representação Profissional e Elites Políticas no Brasil no Período Recente”. *Política e Sociedade*, vol.5, n.º.9, pp.123-161.

CORADINI, O. L. Engajamento Associativo/Sindical e Recrutamento de Elites Políticas: “Empresários” e “Trabalhadores” no Período Recente do Brasil. *Antropolítica (UFF)* [online] (2007), vol.19 [16-03-2009], pp.113-146. Disponível em: http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_19.pdf

CORADINI, O. L. “Representação Política e de Interesses: Bases Associativas dos Deputados Federais de 1999-2007”. *Sociedade e Estado* [online]. (2011), vol. 26, n.º. 1 [22-03-2013], pp. 197-220. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

DAHL, Robert A. "A Critique of the Ruling Elite Model". *The American Political Science Review* [online]. (1958), vol. 52, n°. 2 [16-03-2009], pp. 463-469. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1952327?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

DAHL, Robert A. "A. Further Reflections on 'The Elitist Theory of Democracy'". *The American Political Science Review* [online]. (1966), vol. 60, n°. 2 [16-03-2009], pp. 296-305. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1953357?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

DALTON, Russell J. "Generational Change in Elite Political Beliefs: The Growth of Ideological Polarization". *The Journal of Politics* [online]. (1987), vol.49, n°.4 [16-03-2009], pp.976-997. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2130780?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

D'ANTONIO, William V. e ERICKSON, Eugene C. "The Reputational Technique as a Measure of Community Power: an Evaluation based on Comparative and Longitudinal Studies". *American Sociological Review* [online]. (1962), vol.27, n°.3 [16-07-2011], pp. 362-376. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2089798?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

DRUCKMAN, James; PETERSON, Erik e SLOTHUUS, Rune. "How Elite Partisan Polarization affects Public Opinion Formation". *American Political Science Review* [online]. (2013), vol. 107, n°.1. [04-08-2013], pp.57-79. Disponível em: http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FPSR%2FPSR107_01%2FS0003055412000500a.pdf&code=56b1333f44969b366798fcc5c0bfb3b2

EDINGER; Lewis J. e SEARING, Donald D. Social Background in Elite Analysis: A Methodological Inquiry. *American Political Science Review* [online]. (1967), vol.61, n°.2 [18-04-2009], pp.428-445. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1953255?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

FARIAS FILHO, Milton. C. "Elites Políticas Regionais: Contornos Teórico-Metodológicos para Identificação de Grupos Políticos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. (2011), vol.26, n° 77 [07-08-2013], pp. 175-187. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/14.pdf>

FREEMAN, Linton C.; FERARO, Thomas J.; BLOOMBERG JR, Warner e SUNSHINE, Morris H. "Locating Leaders in Local Communities: a Comparison of some Alternative Approaches". *American Sociological Review* [online]. (1963), vol.28, n°.5 [22-02-2010], pp. 791-798. Disponível em:

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2089916?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

FERRARI, Marcela P. (2006). “Dirigentes Políticos Cordobeses nos Tempos da República Verdadeira – 1916-30: Uma Aproximação Prosopográfica”. in F. M. Heinz. (org.), *Por outra história das elites*. São Paulo, FGV, pp.143-173.

GENIEYS, William. “The Sociology of Political Elites in France: the end of an Exception?” *International Political Science Review* [online]. (2005), vol.26, nº.4 [22-02-2010], pp.413-430. Disponível em:
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/30039025?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

GIOL, J.C.; BARAS, M.; BOTELLA, J. e COLOME, G. “La Formación de la una Elite Política Local”. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)* [online]. (1988), nº. 59 [14-03-2009], pp. 199-224. Disponível em:
<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&IDN=217&IDA=16447>

GIOL, Jordi Capó. “La Elite Política Local em España”. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)* [online]. (1992), nº. 76 [22-02-2010], pp. 127-143. Disponível em:
<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&IDN=233&IDA=16736>

GHOSAL, Sauantan e PROTO, Eugenio. “Democracy, Collective Action and Intra-Elite Conflict”. *Journal of the Public Economics* [online]. (2009), vol.93, nº.9-10 [22-02-2010], pp.1078-89. Disponível em:
http://wrap.warwick.ac.uk/1371/1/WRAP_Ghosal_twerp_844.pdf

GRYNSZPAN, M. (1996), “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”. *Boletim Informativo Bibliográfico - BIB, ANPOCS*, nº.41, pp.35-83.

GRYNSZPAN, Mário e GRILL, Igor Gastal. “Dossiê: Elites. Apresentação. Elites: Recursos e Legitimação”. *Revista Pós Ciências Sociais* [online]. (2011), vol.8, nº. 15, [09-07-2013] pp. 9-14. Disponível em:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/574>

GRILL, Igor Gastal. Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia Política*. [online]. 2008, vol.16, nº.30 [23-09-2013], pp. 65-87. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782008000100006&script=sci_arttext

HARVEY, William S. “Strategies for Conducting Elite Interviews”. *Qualitative Research* [online]. (2011), vol.11, nº.4 [08-07-2013], pp.431-441. Disponível em:
<http://qrj.sagepub.com/content/11/4/431.full.pdf+html>

HEINZ, Flávio M. (2006). “Elites Rurais entre Representação e Política: Exercício Prosopográfico”. in F. M. Heinz. (org.), *Por outra história das elites*. São Paulo, FGV, pp. 123-142.

HUSKEY, Eugene. “Elite Recruitment and Estate-Society Relations in Technocratic Authoritarian Regimes: the Russian case”. *Communist and Post-Communist Studies* [online]. (2010), vol. 43, nº. 4 [22-12-2011], pp. 363-372. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967067X10000565>

JEREZ-MIR, Miguel. “Corrientes Científicos-Políticas em el tema de la Elite Norteamericana”. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)* [online]. (1982), nº. 29 [19-07-2010], pp. 81-107. Disponível em: <http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&IDN=189&IDA=16031>

JEREZ-MIR, Miguel. “La Composicion de las Elites en los Estados Unidos”. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)* [online]. (1985), nº 48 [22-02-2010], p. 77-104. Disponível em: <http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&IDN=206&IDA=16283>

JEREZ-MIR, Miguel; FERNÁNDEZ, S. D.; DATO, J. R. e GONZÁLEZ, F. J. A. “Las Élités Políticas y Económicas Nacionales ante Europa: el caso de España em Perspectiva Comparada”. *Revista Española de Ciencia Política* [online]. (2008), nº. 18 [22-02-2010], pp. 179-197. Disponível em: <http://recp.es/index.php/recp/article/view/184/128>

JEREZ-MIR, Miguel; VÁSQUEZ, Rafael. “Nation-State vs. the E.U. in the Perceptions of Political and Economic elites. A comparison among Germany, Spain and Poland”. (2009), [22-02-2010] Disponível em: <http://cgcs.georgetown.edu/files/JerezVazquez.pdf>
KELLER, Suzanne. (1967), *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense.

KERBO, Harold R. e FAVE, Richard Della. “The Empirical Side of the Power elite Debate: an Assessment and Critique of Recent Research”. *The Sociological Quarterly* [online]. (1979), vol.20, nº.1 [22-02-2010], pp.5-22. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/4106384?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102649323011>

KULLBERG, Judith. “The Ideological Roots of Elite Political Conflict in Post-Soviet Russia”. *Europe-Asia Studies* [online]. (1994), vol.46, nº.6 [22-02-2010], pp. 929-953. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09668139408412210#.Uj9-yNS5fIU>

KOLEGAR, Ferdinand. “The Elite and the Ruling Class: Pareto and Mosca Re-Examined”. *The Review of Politics* [online]. (1967), vol.29, nº.3 [22-02-2010], pp.354-369. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1405761?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102649323011>

LASSWELL, Harold D. e LERNER, Daniel. (1967), *As Elites Revolucionárias*. Rio de Janeiro: Zahar.

- LORÍENTE, Mariano T. e PIWONKA, Felipe A. Élités, Factores Estructurales y Democratización: una Discusión de Aportes Recientes en la Literatura. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)* [online]. (1993), n.º.80 [22-02-2010], pp.329-350. Disponível em: <http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&IDN=237&IDA=16812>
- LEE, Sangkuk. “Institution, Network and Elites Political Attitudes: an Analysis of the “We Jiabao Phenomenon”. *Communist and Post-Communist Studies* [online]. (2012), vol.45, n.º.1-2 [21-08-2013], pp. 105-115. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967067X12000098>
- LUND, Jens Friis e SAITO-JENSEN, Moeko. “Revisiting the issue of Elite Captures of Participatory Initiatives”. *World Development* [online]. (2013), vol.46 [21-08-2013], pp. 104-112. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X1300034X>
- MESSEMBERG, Débora. “A Elite Parlamentar Brasileira: um Recorte Sociocultural”. *Sociologia Política* [online]. (2008), n.º. 26 [11-09-2011], pp. 17-28. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- MESSEMBERG, Débora. (2002), *A Elite Parlamentar do Pós-Constituinte: Atores e Práticas*. São Paulo: Brasiliense.
- MICHELS, Robert. (1982), *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Universidade de Brasília.
- MILLS, Charles Wright. (1975), *Elites do Poder*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- MILLS, Charles Wright. “The Structure of Power in American Society”. *The British Journal of Sociology* [online]. (1958), vol. 9, n.º.1 [11-03-2010], pp. 29-41. Disponível em: <http://www.csub.edu/~akebede/SOC502Mills2.pdf>
- MILLER, Arthur H.; HESLI, Vicki L. e REISINGER, William M. “Comparing Citizen and Elite Belief Systems in Post-Soviet Russia and Ukraine”. *The Public Opinion Quarterly* [online]. (1995), vol.59, n.º.1 [11-03-2010], pp.1-40. Disponível em: <http://poq.oxfordjournals.org/content/59/1/1.full.pdf+html>
- MOORE, Gwen. “The Structure of a National Elite Network”. *American Sociological Review* [online]. (1979), vol.44, n.º.5 [11-03-2010], pp. 673-692. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2094520?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>
- MOSCA, Gaetano. (1992), *La Classe Política*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PARETO, V. “Tratado de Sociologia Geral”. (1984). In: RODRIGUES, J. A. (Org.). *Vilfredo Pareto: Sociologia*. São Paulo: Ática.

PARSONS, Talcott. “The Distribution of Power in American Society” *World Politics* [online]. (1957), vol. 10, nº. 1 [11-03-2010], pp. 123-143. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2009229?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

PERISSINOTTO, Renato M.; COSTA, Luiz D. e TRIBESS, Camila. “Origem Social dos Parlamentares Paranaenses (1995-2006): Alguns Achados e Algumas Questões de Pesquisa”. *Sociologias* [online]. (2009), nº.22 [11-03-2010], pp. 280-313. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

PERRUCCI, Robert e PILISUK, Marc. “Leaders and Ruling Elites: the Interorganizational bases of Community Power”. *American Sociological Review* [online]. (1970), vol. 35, nº. 6 [11-03-2010], pp.1040-1057. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2093381?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

PUTNAM, Robert. (1976). *The Comparative Study of Political Elites*. Prentice-Hall, New Jersey.

PUTNAM, Robert. “Elite Political Culture: The Case of ‘Ideology’”. *The American Political Science* [online]. (1976), vol.65, nº.3 [11-03-2010], pp.651-681. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1955512?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

PUTNAM, Robert; LEONARDI, Robert e NANETTI, Raffaella Y. “Attitude Stability among Italian Elites”. *American Journal of Political Science* [online]. (1979), vol.23, nº.3 [11-03-2010], pp. 463-494. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2111026?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102648861901>

RACIBORSKI, Jacek. “Forming Government Elites in a New Democracy: the case of Poland”. *Communist and Post-Communist Studies* [online]. (2007), vol. 40, nº. 1 [11-03-2010], pp. 17-40. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967067X06000535>

REISSINGER, W. M.; MELVILLE, A. Y.; MILLER, A. H. e HESLI, V. L. “Mass and Elite Political Outlooks in Post-Soviet Russia: How Congruent?” *Political Research Quarterly* [online]. (1996), vol.49, nº.1 [11-03-2010], pp.77-101. Disponível em: http://works.bepress.com/vicki_hesli/doctype.html

RUOSTETSSAARI, Ilka. “The Anatomy of the Finnish the Power elite”. *Scandinavian Political Studies* [online]. (1993), vol.16, nº.4. [11-03-2010], pp. 305-337. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/scps.1993.16.issue-4/issuetoc>
SAINTENY, Guillaume. “Estudio de la Élités Políticas en França”. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)* [online]. (2002), nº.118 [11-03-2010], pp. 197-209. Disponível em: <http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&IDN=275&IDA=17458>

SEKULIC, Dusko e SPORER, Zeljka. "Political Transformation and Elite Formation in Croatia". *European Sociological Review* [online]. (2002), vol.18, n°.1 [11-03-2010], pp.85-100. Disponível em: <http://esr.oxfordjournals.org/content/18/1/85.full.pdf>

SHURCHKOV, Olga. "New Elites and their Influence on Entrepreneurial Activity in Russia". *Journal Comparative Economics* [online]. (2012), vol.40, n°.2, [11-08-2013], pp.240-255. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0147596711000722>

SILVA, Alessandro S. e ZONTA, Celso. "A Psicologia Política no Centenario da obra de Le Bon". *Psicologia Política* [online]. (2010), vol. 10, n°.19 [11-08-2011], pp.10-13. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2010000100002&script=sci_arttext

SMITH, Katherine E. "Problematising Power Relations in 'Elite' Interviews". *Geoforum* [online]. (2006), vol.37, n°.4 [11-08-2013], pp. 643-53. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718505001181>

SPINAK, Ernesto. "Indicadores Ciencimetricos". *Ciência da Informação* [online]. (1998), vol.27, n°. 2 [11-08-2013], pp.141-148. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/349/1690>

STEEN, Anton. "The New Elites in Baltic States: Recirculation and Change". *Scandinavian Political Studies* [online]. (1997), vol.20, n°.1 [11-08-2013], pp.91-112. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/scps.1997.20.issue-1/issuetoc>

STONE, Lawrence. "Prosopografia". *Sociologia Política* [online]. (2010), vol.19, n°. 39 [17-07-2012], pp. 115-137. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=pt&nrm=iso

SULLIVAN, Jonathan. "Electronic Resources in the Study of Elite Political Behavior in Taiwan". *The China Quarterly* [online]. (2013), vol.213 [11-08-2013], pp.172-188. Disponível em: <http://library.calstate.edu/sanfrancisco/articles/record?id=FETCH-LOGICAL-c1889-c7b79886c54b3d846a904b15e963f4352546ab26edcf3720ff7720a6674d67cb1>

TARUSINA, Inessa e GELMAN, Vladimir. "Studies of Political Elites in Russia: Issues and Alternatives". *Communist and Post-Communist Studies* [online]. (2000), vol. 33, n°. 3, [11-08-2013], pp. 311-329. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967067X0000009X>

WALKER, Jack L. "A Critique of the Elitist Theory of Democracy". *The American Political Science Review* [online]. (1966), vol. 60, n°. 2 [11-08-2010], pp. 285-295. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1953356?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102649286941>

WOLFINGER, Raymond E. "Reputation and Reality in the Study of 'Community Power'". *American Sociological Review* [online]. (1960), vol.25, n°.5 [11-08-2010], pp. 636-644. Disponível em:

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2090137?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102649286941>

URIARTE, Edurne. “El Análisis de las Elites Políticas en las Democracias”. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)* [online]. (1997), n.º.97 [11-08-2010], pp. 249-275.

Disponível em:

<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas?IDR=3&IDN=254&IDA=17108>

ZANG, Xiaowei. “University Education, Party Seniority, and Elite Recruitment in China”. *Social Science Research* [online]. (2001), vol. 30, n. 1 [11-08-2010], pp. 62-75. Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0049089X00906884>

ZANNONI, Paolo. “The Concept of Elite”. *European Journal of Political Research* [online]. (1978), vol.6, n.º.1 [11-08-2010], pp.1-30. Disponível em:

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ejpr.1978.6.issue-1/issuetoc>

Recebido em 10/07/2015 e aceito em 01/12/2015.